



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**PRESIDÊNCIA**

**AGRAVO INTERNO NO PRECATÓRIO N.º 0803784-56.2003.815.0000**

**CREADOR** : ANTONIO DO AMARAL  
**ADVOGADO** : NEWTON MARCELO PAULINO DE LIMA,  
OAB/PB n.9403  
**DEVEDOR** : ESTADO DA PARAÍBA  
**REMETENTE** : JUÍZO DA 1.<sup>a</sup> VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA  
CAPITAL

## **ACÓRDÃO**

**AGRAVO INTERNO. PRECATÓRIO.  
DECISÃO PROFERIDA PELA  
PRESIDÊNCIA DESTA CORTE.  
INTELIGÊNCIA DO ART. 284 DO RI/TJPB.  
IRRESIGNAÇÃO TEMPESTIVA.  
RECURSO ADMISSÍVEL E CONHECIDO.**

De acordo com o art. 284<sup>1</sup> c/c Art.337 do Regimento Interno deste Sinédrio, as decisões proferidas pelos Presidentes dos Tribunais, que causarem prejuízo ao direito das partes, são impugnáveis através de agravo interno no prazo de 05(cinco) dias.

**MÉRITO. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA, COISA JULGADA E *TEMPUS REGIT ACTUM*. VIOLAÇÃO CONFIGURADA. INÍCIO DO PERÍODO DE ATUALIZAÇÃO PELA CORREÇÃO MONETÁRIA DATA DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO E PELO IPCA APÓS A EC 62/09. DEFERIDO EM PARTE. CONTINUIDADE DO PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS, NOS TERMOS DA EC N°62/09. DECISÃO MONOCRÁTICA**

---

<sup>1</sup> Art. 284. Ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Regimento, são impugnáveis por agravo interno, no prazo de cinco dias<sup>244</sup>, os despachos e decisões do relator e dos Presidentes do Tribunal, do Conselho da Magistratura e das Câmaras, que causarem prejuízo ao direito da parte.

**PROFERIDA PELO STF. MANTIDA NO JULGAMENTO QUE MODULOU OS EFEITOS. POSSIBILIDADE. SENTENÇA DOS EMBARGOS PREVENDO A TAXA DE JUROS MORATÓRIOS EM 12% AO ANO. COISA JULGADA. RECONHECIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA INPC E APÓS EC 62/09 APLICAÇÃO DA TR. MANUTENÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.**

Fixação dos percentuais de 1% a.m. nos juros de mora no dispositivo da sentença de Embargos à Execução, **coisa julgada material**. Por isto, é de se reconhecer a possibilidade ajuste nos cálculos do precatório, principalmente quando não realizados em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para aplicação da taxa de 12% a.a. nas condenações contra a Fazenda Pública até o advento da EC n.62/09, observada a Súmula STF n.121.

Com efeito, é cediço que a Corte Plenária do Excelso Pretório, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade de n.ºs 4357 e 4425, reconheceu a inconstitucionalidade do § 12 do art. 100 da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional nº62/2009 que adotou a TR - Taxa Referencial, como índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, entretanto firmou em julgamento quando modulou os efeitos que a modificação para o IPCA-E seria apenas a partir de 25/março/2015, mantendo a aplicação pretérita da TR. Por isto, não é admitida a aplicação do índice do IPCA no período entre a EC n.62/09 e o julgamento da modulação em 25/03/2015.

Tudo conforme tinha decidido o Ministro Luiz Fux, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4425-DF quando determinou “*ad cautelam*”, que os Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal dessem imediata continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando até a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 14/03/2013, segundo a sistemática vigente à época, respeitando-se a

vinculação de receitas para fins de quitação da dívida pública, sob pena de sequestro”.

Assim, é de se dar provimento parcial ao Agravo Interno.

**VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS** os autos acima identificados, ACORDA o Tribunal de Justiça, em Sessão Plenária, à unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao agravo interno. Sendo que o Dr. Giovanni Magalhães Porto, entendendo que se trata de matéria exclusivamente administrativa, em que não houve preclusão para apreciação de vícios de cálculos pela autoridade, cujo ato foi atacado pelo presente Agravo Interno, acompanhou parcialmente o relator para manter a decisão guerreada, no tocante ao recolhimento da contribuição previdenciária, na forma de incidência da correção monetária já recolhida e na impossibilidade de contagem de juros no período da graça. Todavia, divergiu do voto do relator, para dar provimento ao Agravo Interno, no sentido de alterar a decisão agravada, de modo que a incidência do Imposto de Renda se faça pelo regime de competência (RRA), e não de caixa, em relação à eventual resíduo, que também deverá incidir contribuição previdenciária, se existente; Bem como, em relação à taxa de juros de mora, quando esta não constar do dispositivo da sentença, na forma da Súmula 254, do STF, deveria incidir com esteio na decisão do Supremo Tribunal Federal no *Leading Case*, do AI 842.063/RS, de modo a aplicar a taxa de 0,5% ao mês, perfazendo 6% ao ano, desde a edição da MP n.2.180-35/01, (27.08.2001), até a promulgação da EC n.62/2009, quando passaria a ser remunerado pelos juros da caderneta de poupança, até a data do efetivo pagamento do precatório complementar.

### **RELATÓRIO.**

Trata-se de **AGRAVO INTERNO** interposto por ANTÔNIO DO AMARAL contra decisão de fls. 115/116v que, nos autos do vertente precatório, indeferiu a impugnação apresentada pelo agravante e homologou os cálculos apresentados pela Gerência de Precatórios.

Foram levantados os *valores incontroversos* e por se encontrar o ente público devedor no Regime Especial de precatórios, dado continuidade ao pagamento da lista cronológica constitucional, pois é o entendimento pacífico da doutrina e jurisprudência de que o Agravo Interno não possui efeito suspensivo para impedir a continuidade dos pagamentos.

A título de esclarecimento, registra que o precatório em evidência foi requisitado pelo juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital em 16/maio/2003, pelo ofício 168/2003, recebido em 19/maio/2003, vindo a ser expedido para o exercício orçamentário do ano de 2004.

Nas razões recursais, insurge-se o agravante, pedido sejam acolhidas as alegações produzidas na peça da impugnação aos cálculos, em síntese, nos seguintes aspectos:

- Reconhecer os efeitos da decisão do STF no julgamento das ADIs 4357 e 4425, adotando o INPC como índice de correção monetária;
- Para que sejam refeitos os cálculos nos termos dos índices corretos, previstos no título judicial, em respeito a coisa julgada;
- Pede a não incidência dos descontos previdenciários e do IRPF;
- Pede o juízo de retratação;

Inicialmente, foi determinado o sobrestamento do presente Agravo em face da decisão do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra a EC n.62/2009. Entretanto, nos autos do processo o DD. Relator Ministro Luiz Fux proferiu a seguinte decisão cautelar:

Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4.425 – DF : “Destarte, determino, *ad cautelam*, que os Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal deem imediata continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando até a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 14/03/2013, segundo a sistemática vigente à época, respeitando-se a vinculação de receitas para fins de quitação da dívida pública, sob pena de sequestro” – 11/04/2013.

Intimado o Estado da Paraíba para apresentar as contrarrazões ao Recurso em tela, assim pugnou:

[...] comprovado que inexistente qualquer fundamento fático e jurídico no pedido formulado pela parte AGRAVANTE, o Estado da Paraíba, ora AGRAVADO requer a Vossa Excelência que se digne em julgar TOTALMENTE IMPROVIDO o Agravo Interno interposto pela Recorrente, mantendo-se a decisão agravada e os cálculos de atualização do presente precatório.

Em cumprimento a decisão do DD. Ministro Relator, e considerando a modulação dos efeitos do julgamento das ADIs 4.357 e 4.425 pelo STF, foi incluído na pauta de julgamento nos termos do art.1.021, § 2º, do NCPC, tendo o Tribunal de Justiça na sua composição Plenária decidido:

“O Tribunal, apreciando questão de ordem levantada pelo Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos decidiu, por unanimidade, pela convocação de juízes desimpedidos, iniciando-se pela Comarca da Capital, em razão de impedimentos e suspeições da maioria de seus integrantes, para julgamento do recurso em referência, na forma do art.50-A do Regimento Interno, sendo que o Des. João Benedito da Silva, não se declarou suspeito, nem impedido”.

Convocados os magistrados pelo Tribunal Pleno do TJPB, foi pautado em sessão extraordinária de julgamento.

***É o relatório.***

***Voto.***

***Do juízo de admissibilidade do recurso:***

De acordo com os arts. 284<sup>2</sup> e 337 do Regimento Interno deste Sinédrio, as decisões proferidas pelos Presidentes dos Tribunais, que causarem possível prejuízo ao direito das partes são impugnáveis, através de agravo interno, no prazo de 05(cinco) dias.

Isso posto, o agravo é admissível e tempestivo, porquanto merece ser conhecido.

***Mérito:***

Cuida-se de irresignação aviada por ANTÔNIO DO AMARAL contra decisão proferida pela Presidência desta Corte (fls.115/116v), a qual resultou no indeferimento da impugnação apresentada pelo agravante e, homologou os cálculos elaborados pela Gerência de Precatórios para determinar o pagamento da quantia de R\$ 504.151,41(quinzentos e quatro mil, cento e cinquenta e um reais, e quarenta e um centavos ), relativo ao precatório incluído no orçamento do ano de 2004 do **Estado da Paraíba**, e, R\$50.379,72 (cinquenta mil, trezentos e setenta e nove reais, e setenta e dois centavos) relativos aos honorários advocatícios sucumbenciais da ação de conhecimento.

Nas razões do Agravo requerem os pontos que serão enfrentados individualmente a seguir:

***a) Dos Juros de Mora***

Da análise do encarte processual, verifica-se que a matéria versada se refere à quitação do débito de responsabilidade da Fazenda Pública Estadual, advindo do trânsito em julgado de decisão proferida em Ação de Cobrança proposta por ANTÔNIO DO AMARAL contra o Estado da Paraíba, julgada em 25 DE AGOSTO DE 1998, cuja sentença decidiu:

[...] Ante o exposto, julgo procedente a ação, para condenar o Estado da Paraíba, a pagar ao (aos) autor(a)(es) a diferença dos 10% da categoria imediatamente superior, referente aos meses atrasados de 1º fevereiro de 1993 até 07 de novembro de 1997, incluindo-se as diferenças do 13º salário, 1/3 de

---

<sup>2</sup> Art. 284. Ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Regimento, são impugnáveis por agravo interno, no prazo de cinco dias<sup>244</sup>, os despachos e decisões do relator e dos Presidentes do Tribunal, do Conselho da Magistratura e das Câmaras, que causarem prejuízo ao direito da parte.

férias, anuênios, salário família e de quaisquer outras gratificações ou vantagens pecuniárias e pessoais, que o(s) (a) (s) promovente(s) tem(têm) direito, durante o referido período, tudo apurado em liquidação de sentença, com juros moratórios e correção monetária, calculado, mês a mês, como requerido na inicial.

Condeno ainda, o réu a ressarcir o valor que a autor(a) pagou, por antecipação, de custas processuais, taxa judiciária e demais despesas com diligências do processo, e honorários de advogado(a) que arbitro em 10%(dez por cento) sobre o valor total da condenação.[...].

Considerou-se os moldes do pedido inicial, onde a Agravante se referiu aos juros legais, logo, por isto, os índices de atualização mencionada na planilha de cálculos, do setor de precatórios do TJPB, foram embasados na legislação pátria vigente tendo como parâmetro o Código Civil brasileiro, inicialmente, e em seguida pela Emenda Constitucional nº 62/09, método este de interpretação recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça quando da Inspeção realizada neste Sinédrio. Entretanto, a jurisprudência dos tribunais superiores aplicavam, naquela época, o princípio da especialidade para afastar a aplicação do Código Civil.

Importante destacar, na sentença dos Embargos à Execução (proferida em 21/03/2003) a possível dúvida quanto aos juros de mora legais fora absolutamente dirimida, quando expressamente o Juiz assim se expressou: **“V – a) – Por fim, os juros de mora que foram calculados pelo embargado à base de 1% (um por cento) ao mês, o que é correto, em razão de a Medida Provisória n.2.180-35, de 24 de agosto de 2001, não ter mais nenhuma validade”**. Logo, a matéria foi enfrentada, inclusive considerando a suspensão da vigência da MP 2.180-35 por liminar em ação de inconstitucionalidade, para reconhecer expressamente o percentual dos juros moratórios em 1,0% ( um por cento) ao mês. Mais a frente o magistrado prolatante reafirma:

“Ora, o DIREITO ADQUIRIDO aos juros de 1% (um por cento) ao mês, já existia desde 1º de fevereiro de 1993 a 30 de setembro de 1997. A medida provisória não poderia atingir esse direito e mesmo que assim não fosse a Medida Provisória n. 2.180-35, teve vigência até 60 (sessenta) dias de sua instituição provisória, não sendo reeditada em razão de várias decisões do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e outros Tribunais dos Estados, a exemplo das que foram citadas pelo embargado[...].”

Consequentemente, a questão inerente aos juros de mora, fez coisa julgada em 1% a.m.. O que respalda, neste ponto, a argumentação do Agravo, no item 2 (fls.140/143) onde intitula “DA OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA COISA JULGADA E DA SEGURANÇA JURÍDICA”.

Destacando-se o caráter não judicial do processo de precatório, como esclarece a Súmula STJ n.311, nada obsta, em juízo colegiado de retratação administrativa, por consequência do instrumento regimental do Agravo Interno, possa

rever, em parte, entendimento anterior - exercido de boa fé - e na busca irrestrita de acertar, em prol da construção do justo.

Por isto, importante destacar que não foi analisada naquela ocasião, talvez por lapso, a eficácia da sentença dos Embargos à Execução quando definiu o percentual dos juros de mora em 1% a.m., endossando a sentença de conhecimento proferida de acordo com a legislação da época; o que faz coisa julgada, com a fixação expressa de taxas de juros moratórios - *tempus regit actum* e princípio da especialidade das normas.

Ou seja, **no tocante aos juros de mora**, a sentença do processo de conhecimento foi proferida em 25 de agosto de 1998 - muito antes da edição da MP 2.180-35/01, quando os juros de mora contra a fazenda em créditos de servidores era aplicado em 1%a.m. -, entretanto a sentença dos Embargos à Execução definiu expressamente em 1% (um por cento) ao mês a taxa dos juros de mora, o que fez coisa julgada material; assim independente da Medida Provisória n. 2.180-35/01 que modificou reduzindo o percentual dos juros de mora contra a Fazenda Pública, por dois motivos, merece o deferimento do refazimento dos cálculos impugnados e agravados:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. As razões deduzidas no agravo não são capazes de desconstituir os fundamentos da decisão ora impugnada. 2. **Por outro lado, tratando-se de pleito que visa a definir o alcance do dispositivo da sentença transitada em julgado, também se mostra incabível o acolhimento em recurso extraordinário [...]**” (STF – RE 651.134-AgR, T1, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 08.11.2012) **(grifo nosso)**

“EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. **Precatório. Incidência de juros de mora entre a expedição e o pagamento no prazo constitucional. Previsão em sentença transitada em julgado. Exigibilidade. Garantia da coisa julgada material.** Jurisprudência assentada. Recurso extraordinário inadmissível. Ausência de razões consistentes. Decisão mantida. Agravo regimental improvido. Sob pretexto de contrariar a jurisprudência, não pode ser descumprida a sentença recoberta por coisa julgada material” (STF – AI 618.795-AgR, T2, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe 1º.04.2011) **(grifo nosso)**

Assim, não havendo, como não houve, modificação da decisão do processo de Embargos à Execução, o percentual dos juros de mora a ser aplicado é o de 1% (um por cento) ao mês, em absoluto respeito a coisa julgada material.

No que pese o Supremo Tribunal Federal em 16/06/2011 (Repercussão Geral no AI n.842.063/RS), em sede de Repercussão Geral, tenha decidido que o art.1º.-F da Lei 9.494/97, aplica-se as ações ajuizadas antes de sua

vigência, é de se interpretar, que não se aplica à sentença proferida antes da edição da MP 2.180-35/2001, uma vez que consoante a norma da época, o processo, em primeiro grau, encerrava-se com a sentença de mérito, e se esta não foi reformada pelas instâncias superiores faz coisa julgada material. *Mutatis mutandis*, também não se aplica quando a sentença dos Embargos à Execução foi proferida e enfrentou a validade e vigência da MP 2.180-35/2001, deixando, fundamentadamente, de aplicá-la e estipulando o percentual de 1% a.m. para os juros de mora. Em perfeita harmonia com a própria Suprema Corte brasileira conforme definiu nos Acórdãos acima referidos. Pois, é o Juiz da Execução quem requisita do precatório ao Presidente do Tribunal, e a sentença da ação de embargos tem o poder de liquidar e definir o título, sobrepondo-se, inclusive, caso transite em julgado, ao definido na sentença ilícida.

O bom senso conduz para se interpretar que a redução do percentual dos juros moratórios por força do Art.1º-F da referida lei, apenas deve ser aplicado nos processos que ainda não tinha sido proferida sentença de mérito ao tempo da edição da Medida Provisória. Quanto a hipótese que a sentença enfrentou a matéria e definiu o percentual de juros de mora em 1% a.m., mesmo em sede de Embargos à Execução e quando foi a sentença do processo de conhecimento proferida antes da edição da norma provisória, aplicando juros legais e não sofrendo qualquer modificação posterior, fez coisa julgada em direito material de juros moratório. Pois, é impossível a rediscussão da coisa julgada material: “*Sob pretexto de contrariar a jurisprudência, não pode ser descumprida sentença recoberta por coisa julgada material*”(STF – AI 618.795-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, T2, DJe 1º.4.2011).

Logo, os juros moratórios deveriam ter sido calculados no percentual de 1% (um por cento) a.m., da conta de liquidação até a data da expedição do precatório em 01 de julho de 2003, voltando incidir após o período da “graça constitucional”, ou seja, a partir de 01 de janeiro de 2005 **até 10/12/2009, passando a ser aplicada a taxa dos juros da poupança por força da EC n.62/09.**

Portanto, o termo final da incidência dos juros moratórios, no percentual de 1% a.m., é o da vigência da EC n.62/2009, pois não há direito adquirido contra a constituição, estancando, assim, o direito de se perpetuar, no tempo, o direito aplicado na data da sentença, por força de imperativo constitucional, mesmo, *a posteriori* tendo sido declarado inconstitucional a EC n.62/09, o STF ao modular, atribuiu o efeito *ex nunc*, à declaração de inconstitucionalidade, determinando a manutenção das regras pretéritas até a data do julgamento da modulação (25/03/2015).

Pois, há nos autos o reconhecimento expresso de não incidência dos juros de mora no período da graça constitucional, nos termos da Súmula Vinculante n. 17, em perfeita harmonia com o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que não incidem os juros de mora, durante o período compreendido entre a data da expedição do precatório (1º de julho) até o final do exercício seguinte (31 de dezembro do ano subsequente), por não se tratar de condição resolutiva, mas, prazo legal de previsão e cumprimento de orçamento, donde se brinda a Fazenda com a possibilidade de pagamento do precatório, sem que neste íterim incidam juros moratórios:



“Esse entendimento está em harmonia com a SV n.17, na qual consagra o entendimento do STF no sentido de que não incidem juros de mora no precatório durante o prazo constitucional previsto para seu pagamento.” (STF - AG. REG. Na Reclamação 13.684 – SP, 28/10/2014)

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. PRECATÓRIO. NÃO INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. O Supremo Tribunal Federal afastou a caracterização da mora no prazo constitucional para pagamento de precatórios, e não há que se falar em incidência de juros de mora. Tampouco há ofensa à coisa julgada, pois a determinação judicial ao pagamento de juros moratórios será observada sempre que se verificar a demora injustificada” (RE 589.513/RS-ED, Relatora Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 11/03/2011).

AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL NÃO PREENCHIDOS. ART. 546, II, DO CPC. ART. 330 DO RISTF. DISSENSO JURISPRUDENCIAL INTERNA CORPORIS NÃO DEMONSTRADO. JURISPRUDÊNCIA DO PLENÁRIO FIRMADA NO SENTIDO DA DECISÃO EMBARGADA. SÚMULA VINCULANTE Nº 17. NÃO CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ART. 332 DO RISTF.

1. **O Plenário do Supremo Tribunal Federal consagrou, em repercussão geral, o entendimento de que não incidem juros de mora sobre precatórios durante o prazo previsto na redação original do art. 100, § 1º, da Constituição da República (art. 100, § 5º, da redação da Emenda Constitucional nº 62/2009) para o seu pagamento. Precedente: RE 591.085/MS (DJe 20.2.2009). Orientação sedimentada na Súmula Vinculante nº 17. Firmada a jurisprudência do Plenário da Corte no sentido da decisão embargada, são incabíveis os embargos (art. 332 do RISTF).**

2. Agravo regimental conhecido e não provido<sup>3</sup>.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECATÓRIO. PAGAMENTO EM DESACORDO COM O ARTIGO 100, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. JUROS DE MORA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO NO RE N. 591.085-RG. SÚMULA VINCULANTE N. 17 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ACÓRDÃO

RECORRIDO EM DIVERGÊNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. 1. **Os juros moratórios não são devidos no período compreendido entre a data de expedição do precatório e a do efetivo pagamento, se realizado no prazo estipulado constitucionalmente (artigo 100, § 1º, da CF). Assim, somente se descumprido o prazo constitucional previsto para o pagamento dos precatórios, qual seja, até o final do exercício seguinte, poder-se-ia falar em mora e, em consequência, nos juros a ela relativos, como penalidade pelo atraso no pagamento** (RE n. 298.616, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Plenário, DJ de 3.10.03). (Precedentes: RE n. 305.186, Relator o Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 18.10.02; RE n. 372.190 - AgR, Relator a Ministra Ellen Gracie, 2ª Turma, DJ de 07.11.03; RE n. 393.737 - AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, 1º Turma, DJ de 06.02.04; RE n. 420.163 - AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, DJ de 13.8.04; RE n. 393.111 - AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ de 11.2.05; e RE n. 502.901 - AgR, Relator o Ministro Eros Grau, 2ª Turma, DJ de 13.08.04). 2. O Sistema processual adotado pelo código de processo civil, conferindo força à jurisprudência do E. STF no sentido de submeter as cortes inferiores ao seu entendimento nos casos de repercussão geral, aproxima-se do regime vigente na *common law*, que, em essência, prestigia a isonomia e a segurança jurídica, cláusulas pétreas inafastáveis de todo e qualquer julgamento. 3. Por ocasião do julgamento do RE n. 591.085-RG, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 17.02.09, o Pleno desta Corte reconheceu a existência de repercussão geral da presente questão constitucional e ratificou o entendimento ora firmado pelo STF sobre o tema. Posteriormente o Tribunal editou a Súmula Vinculante n. 17, *verbis*: Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos. 4. Consectariamente, não incide juros de mora no período compreendido entre a data de expedição do precatório e a do efetivo pagamento, se realizado no prazo estipulado constitucionalmente (artigo 100, § 1º, da CF), máxime por que a *res judicata* incide sobre o núcleo declaratório do julgado não incidindo em meros cálculos aritméticos para cuja elaboração revela-se indiferente qualquer ato de cognição com cunho de definitividade. 5. *In casu*, o acórdão recorrido assentou: REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUMULAÇÃO COM AQUELES FIXADOS EM EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. TÍTULO JUDICIAL EXEQUENDO QUE DETERMINA INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO DA DÍVIDA. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Os embargos à execução constituem verdadeira ação de conhecimento que objetiva a desconstituição do título executivo. 2. Tratando-se de ação autônoma, não há falar em substituição dos honorários advocatícios fixados na execução de sentença por aqueles arbitrados

nos embargos à execução, por serem tais honorários independentes e cumulativos. 3. Havendo título judicial exequendo determinando, expressamente, a incidência de juros de mora até a data do efetivo pagamento, não cabe a exclusão de referida parcela dos cálculos para expedição de precatório complementar, sob pena de violação à coisa julgada. 4. Agravo regimental improvido. 6. Dou provimento ao agravo regimental, a fim de conhecer do recurso extraordinário e dar-lhe provimento.<sup>4</sup>:

A não incidência de juros de mora nesse período ocorre, justamente, porque nele não existe mora, por força de imperativo constitucional, e isso se mantém independente de quando ocorrer o pagamento do precatório. De modo que, se o precatório não for pago nos dezoito meses, só voltam, os juros, a incidir a partir de 01 de janeiro do segundo exercício financeiro subsequente ao da expedição do precatório.

Ressalte-se, ainda, que foi afastado o anatocismo, em observância à Súmula nº. 121 do STF, uma vez identificado que os juros moratórios foram capitalizados pela parte credora. E quando da realização dos novos cálculos em razão do julgamento deste Agravo Interno, os mesmos critérios de afastamento do anatocismos devem prevalecer.

Tal prática encontra respaldo no art. 1.º-E da Lei n.º 9.494 de 10 de setembro de 1997, o qual autoriza ao Presidente do Tribunal os novos cálculos elaborados da seguinte forma:

***In verbis:***

Art. 1o-E. São passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001).

Desta forma, reconheço, em parte, o pedido inerente a modificação dos cálculos quanto aos juros moratórios, os quais, deverão incidir nos períodos acima elencados **(da conta de liquidação em 01/07/2002 a 01/07/2003, voltando a ser aplicado a partir do término do período da “graça constitucional” em 01/01/2005)** fixados no percentual 1% (um por cento) a.m., até 10/12/2009, vigência da EC n.62/2009. Após, esta data eles serão calculados, nos termos da Emenda Constitucional n.62/09, ou seja, juros moratórios no mesmo percentual dos juros incidente sobre a caderneta de poupança.

***b) Da correção monetária:***

---

<sup>4</sup> STF. AI 795809 AgR. Relator: Ministro Luz Fux, Primeira Turma. Julgado: 18 dez. 2012. ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-033 DIVULG 19-02-2013 PUBLIC 20-02-2013.

**Quanto a correção monetária** os Agravantes pede sejam revistos todo o cálculo pertinente a fim de que seja aplicado a correção monetária pelo índice do INPC.

Grifa-se, a Gerência de Precatórios do TJPB ao realizar o ajustamento dos cálculos por determinação do Juízo Auxiliar da Presidência, da época, fez respeitando os marcos temporais de acordo com as leis, o que recentemente foi ratificado pelo Tribunal Pleno deste Sinédrio, no julgamento dos Embargos de Declaração no MS n. 0800010-95.2015.815.0000, na sessão do dia 22/junho/2016, seguindo a decisão da modulação dos efeitos do julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, na seguinte forma:

- 1) no período anterior a 10/12/2009, data da publicação da Emenda Constitucional n.62/2009, o valor do precatório foi atualizado com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, adotado por esta Corte como parâmetro de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública;
- 2) no período entre 10/12/2009 e 31/03/2014 (**data da atualização dos cálculos - fls.99 -, valores pagos em 16/05/2014**), entre a vigência da EC n. 62/09 e antes do julgamento da modulação dos efeitos das ADIs 4.357 e 4.425 QO, pelo STF, a correção do presente requisitório se deu de acordo com o Índice Oficial de Remuneração Básica da Caderneta de Poupança – TR, conforme o art.100, § 2º, da CF/88;

Destarte, não há como se atender a pretensão para que sejam retificados os cálculos de fls.99, quanto a correção monetária, uma vez realizados em estrita observância aos ditames legais e recentemente reconhecidos por esta mesma Corte, em sua composição Plenária, no Mandado de Segurança acima referido. Para se aplicar o IPCA, índice utilizado pela Justiça Federal, e não pela Justiça Comum. **Pois o STF determinou que todos os cálculos realizados até 25/03/2015, permaneceriam com o mesmo critério.**

Em respeito a coisa julgada, inciso XXXVI, do art.5º, da CF/88, não se autoriza na orbe administrativa se acrescer do que não consta no dispositivo da decisão que se estar a cumprir, sob pena de crime de responsabilidade e improbidade administrativa, além de nulidade absoluta do julgamento *ultra petita*.

**CPC/15, Art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.**

Consonante com este princípio, o CNJ – Conselho Nacional de Justiça instituiu na Resolução n.115/2010, art.36, o seguinte:

***In verbis:***

§3º.A atualização dos valores dos precatórios até a publicação da Emenda Constitucional 62/09 deverá ser feita na forma das decisões judiciais que os originaram, respeitados os índices de correção monetária, os juros a qualquer título e outras verbas ou penalidades eventualmente fixadas.

*In casu*, ainda que o dispositivo da sentença ou do acórdão de conhecimento tenha silenciado a respeito do índice de correção a ser utilizado, a memória de cálculo apresentada pelo Agravante, por ocasião da execução, apresenta o INPC como fator de correção, índice também utilizado como referência pela Justiça Estadual para a atualização de precatórios, até a publicação da EC nº62/2009.

Do mesmo modo, infere-se que os valores originários do presente precatório foram corrigidos pelo INPC até 10/12/2009. Após, pela TR até a data do efetivo pagamento, em estrita observância à norma constitucional acima referida.

Destaque-se, outrossim, que enfrentando a matéria, o Ministro Luiz Fux, em sede de decisão monocrática<sup>5</sup>, determinou que os Tribunais de Justiça continuassem realizando os pagamentos dos precatórios, segundo a sistemática da Emenda Constitucional nº62/09, ou seja, aplicando, após 10/12/2009 a TR (Taxa Referencial) como indexador para a correção monetária, o que foi mantido em decisão plenária pelo Supremo Tribunal Federal, em questão de ordem suscitada nos autos da ADI nº4425, conforme ementa que adiante segue:

**QUESTÃO DE ORDEM. MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DE DECISÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE (LEI 9.868/99, ART. 27). POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ACOMODAÇÃO OTIMIZADA DE VALORES CONSTITUCIONAIS CONFLITANTES. PRECEDENTES DO STF. REGIME DE EXECUÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA MEDIANTE PRECATÓRIO. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009. EXISTÊNCIA DE RAZÕES DE SEGURANÇA JURÍDICA QUE JUSTIFICAM A MANUTENÇÃO TEMPORÁRIA DO REGIME ESPECIAL NOS TERMOS EM QUE DECIDIDO PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

1. A modulação temporal das decisões em controle judicial de constitucionalidade decorre diretamente da Carta de 1988 ao consubstanciar instrumento voltado à acomodação otimizada entre o princípio da nulidade das leis inconstitucionais e outros valores constitucionais relevantes, notadamente a segurança jurídica e a proteção da confiança legítima, além de encontrar lastro também no plano infraconstitucional (Lei nº 9.868/99, art. 27). (...)

**3. Confere-se eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade dos seguintes aspectos da ADI, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da presente questão de ordem (25.03.2015) e mantendo-se válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data, a saber: (i) fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda**

---

<sup>5</sup> *Destarte, determino, ad cautelam*, que os Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal deem imediata continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando até a decisão proferida pelo Supremo tribunal Federal em 14/03/2013, segundo a sistemática vigente à época, respeitando-se a vinculação de receitas para fins de quitação da dívida pública, sob pena de sequestro.

**Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015, data após a qual (a) os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e (b) os precatórios tributários deverão observar os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários; e (ii) ficam resguardados os precatórios expedidos, no âmbito da administração pública federal, com base nos arts. 27 das Leis nº 12.919/13 e nº 13.080/15, que fixam o IPCA-E como índice de correção monetária.**

4.(...)

7. Atribui-se competência ao Conselho Nacional de Justiça para que monitore e supervisione o pagamento dos precatórios pelos entes públicos na forma da presente decisão.

**(ADI 4425 QO, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 25/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-152 DIVULG 03-08-2015 PUBLIC 04-08-2015)**

Logo, com base na decisão monocrática publicada em 15/04/2013, mantida em todos os seus termos por ocasião do julgamento do dia 25 de março de 2015 pelo plenário do STF, quando em pauta a “modulação dos efeitos” da declaração de inconstitucionalidade nas ADIs 4357 e 4425, cumprindo o entendimento do STF, como de direito, foi mantido pela Gerência de Precatórios o índice da TR como o indexador a ser utilizado na atualização dos precatórios desde a publicação da EC nº62/2009 até **16/05/2014**, data do efetivo pagamento da verba sucumbencial.

**Destarte, não merece acolhimento a insurgência com relação aos índices de correção monetária, posto que até a data da publicação da Emenda Constitucional n.62, em 10/12/2009, o setor responsável já aplicava o INPC como indexador oficial, após esta data, passando a aplicar o índice da TR por ser o utilizado para caderneta de poupança conforme determinação da EC n.62/09, não sendo razoável, pois, deferir seja aplicada o índice do IPCA na forma sugerida no requerimento ou mesmo, manter-se o INPC.**

#### **c) Dos descontos previdenciários:**

Postula o recorrente, que não seja efetivado qualquer desconto relativo à contribuição previdenciária, com fundamento na decisão do STF que suspendeu, cautelarmente, a aplicabilidade do art.32, inciso II, da Resolução nº115/10 do CNJ, que trata da retenção das contribuições previdenciárias e assistenciais de responsabilidade patronal devidas em função do pagamento aos institutos de previdência e assistência beneficiários.

No entanto, a decisão proferida pelo Min. Marcos Aurélio de Melo, nos autos do Mandado de Segurança n.º31.281, restringiu-se apenas às retenções previdenciárias e assistenciais **patronais**, nada dispendo acerca das contribuições devidas pelos credores.

Desta forma, resta mantida a obrigatoriedade de retenção das contribuições pela parte credora e já tendo sido recolhido o valor da contribuição pelo

Tribunal de Justiça à ao Órgão Previdenciário, a este deve ser endereçada a pretensão, não sendo mais da esfera administrativa desta Corte.

**d) Imposto de Renda:**

De igual modo, *permissa venia*, a alegação de equívoco na determinação de incidência de IRPF é descabida no vertente caso.

Com efeito, havendo o auferimento de renda e ganho de capital pelo credor de precatório, perfeitamente aplicável a utilização da tabela progressiva para efeito de exação de imposto de renda.

Fixada tal premissa, o desconto deve ser feito de acordo em observância ao regramento legal disposto na Instrução Normativa n.º 1.127/11 da Receita Federal do Brasil, a qual dispõe sobre o procedimento de RRA(Rendimentos Recebidos Acumuladamente).

Destarte, já tendo sido recolhido o valor do IRPF pelo Tribunal de Justiça à Receita Federal, a esta deve ser endereçada a pretensão, não sendo mais da esfera administrativa desta Corte.

**EX POSITIS, DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao presente Agravo Interno, para determinar incidência dos juros moratórios nos períodos compreendidos entre a data da conta de liquidação em 01/07/2002 e a data da expedição do precatório em 01/07/2003 - **excluído, pois o período da “graça constitucional”** - bem como entre de 1º de janeiro de 2005 até 10/12/2009 (vigência da EC n.62/09) no percentual de 1,0 % (um por cento) ao mês; após esta data, os juros moratórios devem ser calculados no mesmo percentual dos juros incidente sobre a caderneta de poupança, até a data do efetivo pagamento em 16/05/2014; **deduzidos os valores já efetivamente pagos nestes autos**; respeitando-se a Súmula STF n.121, a Súmula Vinculante STF n. 17 e a Resolução CNJ n. 115/2010; mantido os demais termos da decisão agravada.

*É como voto.*

**DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO AGRAVO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.**

Presidi a sessão, com voto, na qualidade de Decano desimpedido, em face da averbação de suspeição do Excelentíssimo Senhor Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente. *Relatoria da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba*. Participaram ainda do julgamento, em razão das averbações de suspeição e impedimentos dos integrantes desta Corte de Justiça, os Excelentíssimos Senhores Juízes sorteados na sessão administrativa do dia 19 de outubro de 2016 (*Portaria GAPRE n.2.199/2016 – pub. No DJE do dia 20.10.2016*), Excelentíssimos Senhores Doutores, Onaldo Rocha de Queiroga, José Herbert Luna Lisboa, Euler Paulo Moura Jansen, Ricardo Costa Freitas, Antonieta Lúcia Maroja Arcoverde Nóbrega, Giovanni Magalhães Porto, Virgínia Gaudêncio de Novais, Cláudio Antônio de Carvalho Xavier, Kéops de Vasconcelos Amaral Vieira Pires, Isaac Torres Trigueiro de Brito, Giovanna Lisboa Araújo de Souza e Bruno César

Azevedo Isidro. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Arnóbio Alves Teodósio (Corregedor-Geral de Justiça), bem como os Excelentíssimos Senhores Juízes Leila Cristiani Correia de Freitas e Sousa, Antônio Sergio Lopes, Antônio Silveira Neto, Silvana Pires Brasil Gouveia Cavalcanti e Francilucy Rejane de Sousa Mota. Presente à sessão o Excelentíssimo Senhor Doutor Valberto Cosme de Lira, Procurador de Justiça, em substituição ao Excelentíssimo Senhor Doutor Bertrand de Araújo Asfora, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba. Tribunal Pleno, Sala de Sessões “*Des. Manoel Fonsêca Xavier de Andrade*”, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 19 de dezembro de 2016.

**Desembargador *João Benedito da Silva***  
**Presidente / Relator**